



ANÁLISE SOBRE AÇÕES COLETIVAS: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES TEÓRICOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.10446>



Lívia Barbosa Lima

Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Brasil

Amanda Layse de Oliveira Feitosa

Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Brasil

Frederico Alves Costa

Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Brasil



Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o modo como pesquisadoras/es do campo da psicologia social têm analisado o tema da ação coletiva a partir das perspectivas teóricas que utilizam. Esta discussão permite-nos localizar as teorias que estão fundamentando investigações contemporâneas sobre movimentos sociais no contexto brasileiro e refletir sobre suas limitações e contribuições para a democratização da sociedade. Esse trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla, na qual construímos um mapeamento de pesquisadoras/es brasileiras/os que se identificam com a psicologia social e caracterizamos os artigos sobre temas políticos publicados por elas/es. Discutimos treze artigos categorizados na categoria temática *ação coletiva*, publicados a partir de 2003, escritos em português, produzidos por oito pesquisadoras/es presentes no mapeamento. Estes artigos tratam sobre obstáculos, possibilidades e repercussões da participação em diferentes movimentos sociais, utilizando teorias distintas. A partir da leitura dos artigos, construímos duas categorias analíticas que se referem a conceitos centrais utilizados nos estudos – gênero e identidade –, as quais orientam a discussão sobre contribuições e limitações das perspectivas teóricas para a compreensão do processo de democratização social. Todos os artigos compartilham a crítica à dicotomia entre indivíduo e sociedade, a concepção do político como não reduzido à esfera institucional e a articulação entre a produção do conhecimento e o enfrentamento a relações de dominação. Espera-se que este artigo contribua para a reflexão de estudantes e pesquisadoras/es sobre modos de análise das ações coletivas na psicologia social brasileira.

Palavras-chave: ação coletiva; produção científica; psicologia social brasileira.

Introdução

As ações coletivas, mais especificamente os movimentos sociais, constituíram-se como fenômenos a serem abordados cientificamente nos finais do século XIX e início do século XX diante da emergência dos movimentos de massa. Contexto caracterizado, por um lado, pela afirmação dos princípios democráticos de igualdade e liberdade para todos e, por

outro, pela exploração e desigualdade decorrentes do processo de industrialização dos países ocidentais. Neste cenário de rupturas no plano político e econômico também se faz importante ressaltar rompimentos no plano da cultura, uma vez que a afirmação dos princípios democráticos permitiu que formas de organização social e de constituição de modos de vida pudessem ser questionados, possibilitando o reconhecimento de hierarquias naturalizadas como relações de dominação (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Diferentes abordagens teóricas e metodológicas foram construídas e têm sido utilizadas na análise dos movimentos sociais durante o século XX e XXI, sendo este campo de estudo marcado pela presença de disciplinas científicas distintas como psicologia social, sociologia, ciência política, filosofia, economia (PRADO, 2016). Por muitas vezes estas análises caracterizaram-se pela construção de um hiato entre indivíduo e sociedade (DOMINGUES, 2004; SANDOVAL, 1989; 1997).

Segundo Sandoval (1997), por um lado, “Inicialmente a Sociologia e a Política partiram do pressuposto de que em matéria de ordem causal do comportamento político, as forças e estruturas sociais eram superiores ou estavam acima dos indivíduos” (p. 13). Este pressuposto tornou-se central em abordagens estruturalistas que estudavam o comportamento político como determinado pelas estruturas socioeconômicas, construindo explicações pautadas na “automaticidade entre a inserção do indivíduo na estrutura de classe e seus prováveis interesses, motivações e formas de ação” (SANDOVAL, 1997, p. 13). Automaticidade também observada em abordagens que se caracterizavam por explicações derivadas de categorias sociais não só relativas à classe social, mas ao gênero, à raça, à idade, atribuindo aos indivíduos interesses e motivações que seriam próprios à sua categoria de pertença (SANDOVAL, 1997).

Por outro lado, no que diz respeito à psicologia social, segundo Sandoval (1997), o coletivo foi compreendido como promotor de efeitos negativos sobre os indivíduos. Nesta tradição, podemos apontar Le Bon como autor que inaugura, na passagem do século XIX para o século XX, uma perspectiva psicológica dos movimentos sociais, identificando a irracionalidade como característica fundamental das ações coletivas, alertando para a degradação civilizatória do indivíduo ao inserir-se nas massas. A redução do fenômeno psicopolítico ao indivíduo não deixou de produzir implicações para o pensamento democrático. Cabe-nos ressaltar que a obra de Le Bon tinha o intuito de opor-se à democratização do Estado, à ampliação do espaço público, à crescente participação das classes populares na vida política, sendo o autor avesso “às transformações de base socialista,

resultantes das lutas populares, operárias e de libertação nacional, fomentadas desde o século XIX” (SASS, 2007, p. 28).

No decorrer do século XX, a tradição dominante na psicologia social, ainda que crítica à proposta de Le Bon, ao se orientar teórico e metodologicamente por pressupostos positivistas de ciência (ÁLVARO; GARRIDO, 2006), continuou a reproduzir o hiato entre indivíduo e sociedade na investigação do comportamento político ao centrar-se no nível individual. As análises passaram a focalizar a compreensão da influência do grupo sobre o indivíduo e destes sobre seus membros, pressupondo que “os indivíduos seriam levados por sua predisposição ao conformismo e seriam inibidos pelo desejo de serem aceitos pelo grupo” (SANDOVAL, 1997, p. 14).

A partir dos anos 1960 observou-se a emergência de uma pluralidade de movimentos sociais em países ocidentais que politizaram diferentes hierarquias sociais (gênero, raça, orientação sexual) e construíram diversas demandas comunitárias (água, saneamento básico, saúde). Neste mesmo contexto, críticas ao positivismo como postura epistemológica dominante foram construídas nas ciências humanas. Condições históricas que implicaram no campo da psicologia social, tanto na Europa quanto na América Latina, o desenvolvimento de perspectivas que buscavam se localizar num nível psicossociológico de análise e focalizar temas políticos referentes ao contexto de produção dos/as autores/as (MARTÍN-BARÓ, 1986; MOSCOVICI, 2003).

Diante disso, foi construída uma psicologia social crítica latino-americana que, ainda que heterogênea em termos teórico e metodológico, desde aquela época visa problematizar dicotomias que orientaram a produção de saber na tradição hegemônica da psicologia social no século XX, entre elas a dicotomia indivíduo-sociedade. Ademais, buscou e busca focar a análise de problemas que afetavam e afetam as sociedades latino-americanas, entendendo a produção de conhecimento como articulada ao fomento de estratégias de transformação social, alterando a perspectiva dominante que “por longos anos sustentou a crença de que o conhecimento científico se coloca acima de compromissos societários” (SANDOVAL, 2002, p. 104). Neste sentido, segundo o autor, a psicologia social latino-americana

não fez muito mais do que olhar para o que havia ignorado em cada esquina das cidades da América Latina: a criança mendicante, a mãe sem teto e o trabalhador desempregado. [...]. Demo-nos conta de que a nossa visão de favelas, pobreza e negligência era aterradora e que nossa impotência para intervir efetivamente nesse meio ainda de maior constrangimento. (Sandoval, 2002, p. 103).

A fase inicial de emergência do “Paradigma Latino-Americano” foi marcada por uma rebeldia contra a psicologia colonial, isto é, a importação acrítica de teorias, métodos e

práticas predominantes do Primeiro Mundo, questionando suas possibilidades de contribuição para a compreensão da realidade do Terceiro Mundo. Isto trouxe o imperativo de criarmos nossas próprias abordagens, que fossem mais adequadas à análise da realidade latino-americana e logo se percebeu que a mudança, entendida como conscientização, mobilização e empoderamento deveria ser um componente central a estas abordagens (SANDOVAL, 2002).

Uma segunda fase da construção de um Paradigma Latino Americano “tem sido a busca de insumos teóricos que possam contribuir para nossos esforços, conduzindo à intensificação da atividade intelectual e à exploração de correntes teóricas críticas na Europa e na América do Norte” (SANDOVAL, 2002, p.106).

Neste artigo, nosso objetivo é discutir as perspectivas teóricas que têm sido utilizadas na compreensão de ações coletivas, mais especificamente o modo como são utilizadas na análise da dinâmica de movimentos sociais, por pesquisadoras/es que se identificam com a psicologia social e que atuam em Programas de Pós-Graduação brasileiros. Esta discussão é relevante científica e socialmente na medida em que nos permite localizar perspectivas teóricas que estão fundamentando investigações contemporâneas sobre movimentos sociais no contexto brasileiro e, a partir disso, refletir sobre suas contribuições para a democratização da sociedade brasileira.

Metodologia

Este trabalho trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual: a) construímos um mapeamento de pesquisadoras/es de Programas de Pós-Graduação brasileiros em Psicologia Social e de Programas de Pós-Graduação brasileiros em Psicologia que identificavam psicologia social como área de atuação no currículo Lattes e que analisavam temas políticos; b) selecionamos, para cada pesquisador/a, no máximo dois artigos sobre tema político em cada um dos períodos temporais construídos na pesquisa (1966-1975; 1976-1985; 1986-1995; 1996-2005; 2006-2014), considerando os últimos artigos publicados; c) caracterizamos estes artigos a partir dos objetivos propostos nos resumos.

Entendemos temas políticos como aqueles que se referem: a) a práticas, institucionais ou não, que visam reproduzir relações de dominação (legitimação e invisibilidade de relações de poder.); b) a modos de enfrentamento, institucionais ou não, a relações de dominação; c) a compreensões sobre essas relações de dominação por parte dos indivíduos; d) à constituição da subjetividade por discursos políticos (processo de subjetivação política).

Neste texto debatemos artigos de uma das categorias temáticas construídas na pesquisa: ação coletiva. Essa categoria engloba produções científicas que analisam a dinâmica

de movimentos sociais ou de outras formas de comportamento coletivo que visam enfrentar ou reproduzir relações de dominação. Seleccionamos para o debate proposto os artigos referentes à dinâmica de movimentos sociais publicados entre os anos 2003 e 2014, publicados em português.

O recorte histórico referente ao ano 2003 decorreu da consideração da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República no Brasil como um importante fator para a compreensão dos movimentos sociais, visto que fomentou o estreitamento da relação entre Estado e movimentos sociais. Neste contexto, por exemplo, as Conferências de Políticas Públicas ganharam papel de destaque, tendo sido realizadas entre 2003 e 2010, como aponta Machado (2013), 74 Conferências Nacionais, mobilizando pessoas e grupos que objetivavam debater demandas específicas ou inserir suas especificidades em determinadas agendas políticas.

Apesar disso, ao analisarmos os artigos, observamos a inexistência de uma discussão sobre esta conjuntura política e histórica. O que pode denotar um distanciamento da produção da psicologia social brasileira da análise sobre a relação entre movimentos sociais e Estado. Debate importante a ser realizado, mas que ultrapassa os objetivos deste artigo. No que tange ao ano 2014, esta delimitação temporal decorreu deste ser o ano no qual realizamos o mapeamento da pesquisa.

Diante destes critérios, foram selecionados 13 artigos: Domingues e Rosa (2014); Galinkin e Bertoni (2014); Leite e Dimenstein (2011; 2012); Mesquita (2003a; 2003b; 2008); Prado (2005); Machado e Prado (2005); Matias-Rodrigues e Araújo-Menezes (2014); Ribeiro (2007); Salvaro, Lago e Wolf (2013; 2014). Estes artigos foram publicados por oito pesquisadoras/es selecionadas/os na pesquisa, as/os quais atuam em oito universidades distintas: três localizadas no Sudeste (PUC-SP, USP, UFMG), três localizadas no Nordeste (UFAL, UFRN, UFPE), uma no Sul (UFSC) e uma no Centro-Oeste (UNB).

Os artigos abordam pesquisas empíricas e teóricas, a partir de estratégias qualitativas de pesquisa, e têm como foco a discussão sobre obstáculos, possibilidades e repercussões da participação em diferentes movimentos sociais: Movimento Estudantil, Movimento LGBT, Movimento dos Trabalhadores Rurais e Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Feminista e Movimento Hip Hop.

Os artigos foram organizados em torno de duas categorias analíticas: gênero (3 artigos) e teorias dos novos movimentos sociais (10 artigos). Esta distinção foi realizada a partir de conceitos centrais às análises: gênero, na primeira categoria; identidade, na segunda.

Buscamos refletir sobre as contribuições e as limitações das perspectivas teóricas utilizadas nas análises sobre a dinâmica dos movimentos sociais para a compreensão do processo de democratização social. Em todos os artigos é possível observar o afastamento da dicotomia entre indivíduo e sociedade, bem como identificar a articulação entre a produção do conhecimento e o enfrentamento a relações de dominação.

Contribuições e limitações das perspectivas teóricas

1. Gênero

Os estudos de gênero surgiram como uma crítica ao determinismo biológico que produziu historicamente uma série de diferenciações entre mulheres e homens, a partir de uma associação direta entre sexo e gênero, naturalizando relações de dominação (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Segundo Mayorga et al. (2013), os estudos de gênero consideram as relações de poder como centrais na análise das relações de gênero. Assim, buscam a desconstrução dos papéis designados a mulheres e a homens por compreender que estes foram naturalizados socialmente. Nesse sentido, os estudos de gênero, como perspectiva teórica e política, pautam-se pela produção de um conhecimento orientado para a transformação social.

Três artigos foram localizados nesta categoria analítica, abordando o conceito de gênero na análise sobre obstáculos e possibilidades da participação das mulheres em movimentos sociais.

Galinkin e Bertoni (2014), a partir da compreensão de Guacira Lobo, concebem gênero como

uma construção histórico-social referindo-se às diferenças sociais entre homens e mulheres. Enquanto tal, é uma categoria imersa nas instituições sociais e pode ser considerada em permanente processo de construção e sujeita a transformações, dependendo do contexto no qual está inserida. Sendo construção social, o sentido atribuído ao ser masculino ou feminino pode variar de cultura para cultura e, também, no decorrer da história de uma sociedade. Constrói-se nas relações sociais, sendo a família e a escola as duas principais instituições socializadoras para o desempenho de papéis de gênero em diversas sociedades. (GALINKIN; BERTONI, 2014, p. 23).

Sendo gênero uma construção social, o enfrentamento à desigualdade de gênero depende de uma transformação nos modos como as relações de gênero são pautadas com fins à expansão da igualdade social.

Segundo Galinkin e Bertoni (2014), a construção da inferiorização das mulheres remonta a tempos antigos, sendo a luta por igualdade construída por mulheres e homens antes mesmo da Revolução Francesa. As autoras ressaltam a importância do acesso à educação

formal pelas mulheres na construção desta luta, apontando que tanto as revolucionárias francesas, remetendo-se à Olympe de Gouges, quanto às inglesas, remetendo-se à Mary Wollstonecraft, que tiveram papel importante na construção da luta por direitos das mulheres no século XVIII, usufruíram do privilégio de terem educação formal. De acordo com as autoras, “o ensino formal desenvolve a capacidade de análise, de argumentação e de crítica às questões sociopolíticas relevantes, assim como permite maior participação nos diversos assuntos da *polis*, de interesse coletivo” (p. 28).

As autoras consideram que ainda há caminhos a percorrer na luta feminista e que a educação formal possibilitou para as mulheres ocidentais “melhores condições de reivindicação e maior poder de decisão e negociação, além do acesso ao mercado de trabalho formal, inclusive em áreas que antes eram exclusivas dos homens.” (GALINKIN; BERTONI, 2014, p. 26).

O segundo texto que utiliza gênero como conceito analítico é o de Salvaro, Lago e Wolf (2014) que, assim como Galinkin e Bertoni (2014), compreendem gênero como uma construção social. A partir da noção de performance, conceituada por Judith Butler, compreende-se que a construção de gênero está articulada, predominantemente, à manutenção de uma estrutura binária pautada na norma heterossexual, que produz e regula o alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade, naturalizando papéis e diferenças sociais entre homens e mulheres.

As autoras compreendem que as normas de gênero são limitadoras na participação de mulheres no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Ao discutirem sobre o ingresso de mulheres no movimento, considerando o contexto rural no qual estas mulheres estão inseridas, qual essas mulheres estão inseridas, as autoras apontam que a participação política vai contra os papéis sociais que lhe são atribuídos: papéis de subordinação e de redução delas ao espaço doméstico, distanciados do campo da política.

Nesse sentido, no contexto investigado, a militância é considerada um empecilho para o cumprimento das tarefas designadas à mulher, pois “são ainda as mulheres que precisam conciliar atividades domésticas, cuidado dos filhos, de parentes envelhecidos e/ou doentes, atividades na lavoura, manejo de animais domésticos, entre outras, com a participação e a militância política em movimentos sociais.” (SALVARO, LAGO; WOLF, 2014, p. 61).

Junto a este obstáculo, as autoras apontam que a velhice e o êxodo rural são aspectos preocupantes no que se refere à continuidade do movimento. O envelhecimento, em razão da continuidade do movimento. O envelhecimento em razão da associação da velhice à improdutividade e por algumas militantes considera-lo como produtor de dificuldades para a

participação nas tarefas que a militância exige. O êxodo rural, devido sua seletividade, na medida em que, diante da dinâmica sucessória na agricultura familiar privilegiar os homens, observa-se uma maior emigração das mulheres. Uma das principais consequências desse processo é que a população rural é principalmente de idosas/os e homens.

Desse modo, no contexto do movimento rural e tendo como base a divisão sexual do trabalho, no artigo de Salvadoro, Lago e Wolf (2014) gênero é pensado como um importante fator nos modos de constituição da luta política e da garantia de direitos. O envelhecimento das militantes e a dificuldade de inserção de novas militantes contribuem para o risco de perda de direitos conquistados a partir de lutas das quais o MMC fez parte.

Matias-Rodrigues e Araújo-Menezes (2014) utilizam os marcadores sociais gênero, classe, raça e geração como categorias analíticas na investigação da dinâmica interna do movimento hip hop. Compreendendo gênero como uma construção social atravessada por relações de poder, concebem as relações de gênero como cenário para a produção ou para o enfrentamento às desigualdades. produção ou de enfrentamento às desigualdades.

Por um lado, as autoras observam na dinâmica do movimento hip hop a manutenção da desigualdade entre mulheres e homens, assim como o não questionamento de discursos hegemônicos sobre a superioridade masculina. Para as autoras, essas condições limitam a possibilidade do movimento se configurar como espaço de enfrentamento às desigualdades de gênero através de uma ressignificação política, cultural e subjetiva.

Por outro lado, identificam que há enfrentamento às desigualdades na medida em que a participação das mulheres no Movimento Hip Hop contribui para a problematização da posição de inferioridade atribuída à mulher na sociedade. As autoras consideram que a presença das mulheres no movimento, considerado de rua, desestabiliza a dicotomia público/privado, pois desloca o lugar historicamente destinado a elas, o espaço privado do lar. Ademais, as mulheres atuam no movimento não como meras receptoras, mas como produtoras culturais, contribuindo significativamente para a cultura Hip Hop (MATIAS-RODRIGUES; ARAÚJO-MENEZES, 2014).

A principal contribuição do uso da categoria gênero nos artigos está em concebê-la como construção social. Este entendimento torna possível a desconstrução de noções essencialistas e universais dos papéis sociais de mulheres e homens e a compreensão de obstáculos para a própria organização e consolidação de movimentos sociais. Importante ressaltar que essas noções essencialistas e universais são reproduzidas, inclusive, no interior dos próprios movimentos sociais.

Segundo Nogueira (2001), conceber o gênero como construção social permite diversos questionamentos, por exemplo: “por meio de que estruturas institucionais, práticas sociais e representações culturais, códigos lingüísticos e padrões de inter-relação social o gênero torna-se um fato social?” (p. 149). Indagação que permite a constante busca pela transformação de relações de dominação.

Nesta perspectiva teórica, a crítica à dicotomia entre indivíduo e sociedade pode ser pensada a partir da compreensão que os sujeitos se constituem nas interações sociais, sendo esta constituição mediada por significações sobre as relações de gênero construídas historicamente em uma determinada sociedade, as quais contribuem para a reprodução de desigualdades e/ou para a construção de formas de enfrentamento a elas.

Quanto a limitações do uso do conceito de gênero na análise da dinâmica dos movimentos sociais, é importante observar nos artigos selecionados que, ainda que exista a crítica à redução do gênero à distinção entre mulheres e homens – Galinkin e Bertoni (2014) consideram que o conceito de gênero abarca também o debate sobre orientação sexual; Matias-Rodrigues e Araújo-Menezes (2014) concebem a importância de compreender gênero de maneira articulada a outros marcadores sociais - os debates focalizam esta distinção. Neste sentido, pode-se reforçar um aspecto observado por Machado (1998): que no campo intelectual brasileiro observa-se a presença do uso do conceito de gênero como sinônimo de estudos sobre mulheres.

2. Teorias dos novos movimentos sociais

Segundo Gohn (1997), em meados da década de 1960, a partir da inadequação do paradigma tradicional, baseado em esquemas utilitaristas e na lógica racional e estratégica dos atores na análise dos movimentos sociais, surgiram as teorias dos “novos” movimentos sociais. Estas se constituem como um paradigma alternativo de análise das ações coletivas caracterizado pela ênfase em aspectos culturais, lutas sociais cotidianas, solidariedade interpessoal e intergrupala, processo de constituição de identidade.

De acordo com a autora, a construção desse novo modelo teórico, que enfatiza a cultura, implica a interpelação do modelo marxista tradicional que prioriza as estruturas, as determinações macro da sociedade, subjugando os campos político e cultural ao econômico. Ademais, problematiza a visão funcionalista de cultura como conjunto predeterminado de normas e valores herdados e a noção marxista de ideologia como falsa representação da realidade.

Esse paradigma é marcado, no que tange à relação entre indivíduo e sociedade, pelo esgotamento da ideia de um sujeito racional e único e pela concepção de um sujeito descentrado, focalizando a análise da construção identitária. No que se refere à compreensão do espaço político, este é entendido como contraditório, antagônico, não passível de sínteses permanentes e não reduzido à esfera institucional (GOHN, 1997).

Dez artigos foram localizados nesta categoria analítica, sendo possível observarmos a utilização dos seguintes referenciais teóricos na análise da dinâmica dos movimentos sociais: 1) a concepção de mundo social, político e intermediário de Alain Touraine; 2) as noções de identidade coletiva, de Alberto Melucci, e de identidade política, de Chantal Mouffe; 3) a compreensão de subjetividade proposta por Félix Guattari; 4) a concepção de luta por reconhecimento construída por Axel Honneth.

a. Mundo social, mundo político e mundo intermediário: ator social

De acordo com Gohn (1997), Alain Touraine compreende os atores sociais a partir da ruptura com o pensamento marxista, mas mantém a análise de macroestruturas sociais. Seu paradigma teórico está pautado na ação social. Na concepção do teórico, os sujeitos, ou atores, devem ser compreendidos como históricos, enquanto “agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção.” (GOHN, 1997, p. 143).

Segundo Gadea e Scherer-Warren (2005), os estudos de Touraine podem ser lidos a partir de três momentos distintos. O primeiro momento, que abarca as obras publicadas até os anos 60 e que tem como influência o marxismo e o contexto da industrialização, caracteriza-se pela compreensão da classe social como o sujeito-ator. No segundo momento, constituído entre o final dos anos 60 e início dos anos 80, o autor se volta para os movimentos sociais, “dialogando tensamente com a teoria sociológica em um sentido mais amplo, especialmente com as teorias da ação e das instituições políticas, tendo como pano de fundo o debate sobre a democracia.” (GADEA; SCHERER-WARREN, 2005, p. 42). No terceiro momento, durante meados dos anos 80, Touraine adota a filosofia política e a psicanálise como perspectivas teóricas, desenvolvendo uma teoria a respeito da liberdade do sujeito e do sujeito ação. Neste momento, segundo Galvão (2008), Touraine “inaugura uma nova fase em que conclui pela impossibilidade de que outro movimento social ocupe o lugar que outrora pertencera ao movimento operário: nem trabalhador, nem cidadão, o ator passa a ser o indivíduo.” (p. 3). Indivíduo esse, contudo, entendido em termos de uma experiência que é vivida no coletivo e não em um sentido individualizante.

Ao considerarmos estes momentos de produção de Touraine, podemos localizar o artigo categorizado nesta perspectiva teórica no terceiro momento. Neste artigo, Ribeiro (2007) objetiva analisar o ENEP (Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia) como ator coletivo e adota, a partir de Touraine, a concepção de que no interior da sociedade podemos identificar três mundos distintos: 1) o mundo social, onde os fenômenos emergem em si mesmos, sem nenhum tipo de mediação a nível institucional; 2) o mundo político, no qual existem elementos mediadores entre o Estado e a sociedade; e 3) o mundo intermediário, que atua como o intermediário entre o mundo político e o social.

Ribeiro (2007) traça a perda do caráter institucional do movimento estudantil da psicologia a partir de alterações na forma de participação política das/os estudantes. Segundo o autor, ao longo do tempo, apesar da pré-concepção de uma linha política para o ENEP, este foi se constituindo como um ator coletivo a partir das experiências espontâneas do grupo que se formava no momento dos encontros e que depois desaparecia. Deste modo, tratava-se de um movimento que passou a ser mediatizado pelo mundo social e não mais pelo mundo político.

Por um lado, podemos considerar que uma das contribuições do uso da proposta de Touraine na atualidade está em pensar a luta política em outros termos que não centrados nos partidos políticos, na pressuposição de identidades definidas *a priori*, a partir da classe social, por exemplo. A expansão do político para o mundo social, remetendo-nos à diferenciação apresentada em Ribeiro (2007), permite a construção de análises mais dinâmicas dos movimentos sociais e a consideração de grupos sociais muitas vezes invisibilizados em compreensões deterministas das ações coletivas.

Importante considerar que, como ressalta Gohn (2014), Touraine passa a destacar a temática da cultura sem que isso implique a morte do político, pois o que ele faz é situar o político num campo diferente a partir da percepção do enfraquecimento das forças políticas tradicionais, sobretudo, dos partidos políticos.

Por outro lado, a concepção de Touraine, ao ampliar a análise sobre a dinamicidade das lutas e o reconhecimento da importância da dimensão cultural, coloca-nos questões referentes à articulação entre as demandas políticas da pluralidade de movimentos sociais que constituem a sociedade contemporânea e, assim, à discussão sobre a relação entre particular e universal na construção da luta política.

b. Identidade coletiva

Segundo Gohn (1997), a análise dos movimentos sociais a partir da noção de identidade coletiva de Alberto Melucci surge como crítica às abordagens funcionalistas e às

abordagens estruturais. Nessa perspectiva, os movimentos sociais não são apenas respostas às crises econômicas, como compreendido no marxismo ortodoxo – uma abordagem estrutural –, tampouco são efeitos de desvios e marginalidades, como concebido na abordagem funcionalista. Eles são compreendidos como construtores de uma nova realidade social, formada a partir de elementos simbólicos e culturais (GOHN, 1997).

A noção de identidade coletiva de Alberto Melucci é utilizada por Mesquita (2003a; 2003b; 2008) e por Machado e Prado (2005). Nestes artigos a identidade coletiva é compreendida como resultado de um processo estratégico de organização que, a partir da construção de alianças, laços de solidariedade e pertença entre os indivíduos, permite a constituição e sustentação de significações para a realidade social. Nos quatro artigos os autores distanciam-se de uma visão estática, enfocando não apenas aquilo que é visível na participação política, mas também na dinamicidade dos movimentos analisados.

De acordo com Mesquita (2008), a identidade coletiva resulta de um processo de negociação de ideias, pautas e interesses na dinâmica interna do movimento. O autor utiliza a noção de identidade coletiva para a compreensão do movimento estudantil, o qual concebe não como um sujeito homogêneo e sim como constituído a partir de uma pluralidade de grupos que negociam, trocam e decidem, definindo estratégias de ação e valores do movimento. Além disso, sob a perspectiva da noção de identidade coletiva, Mesquita (2008) concebe a cultura como elemento fundamental de sociabilidade política, sendo assim importante de ser considerada na compreensão da participação estudantil.

Em relação à Machado e Prado (2005), a noção de identidade coletiva é compreendida como “um processo social de constituição de um conjunto de valores e ações capazes de criar formas de pertença grupal e de criação e sustentação de sentidos da realidade social.” (p. 38). Segundo os autores, a construção da identidade coletiva pode ser entendida a partir de cinco fatores: “1) pelos sentimentos de pertença; 2) pela definição de práticas sociais grupais (cultura política); 3) pelo partilhamento de valores, crenças e interesses; 4) pelo estabelecimento de redes sociais; e 5) pelas relações intra e entre grupos.” (PRADO, 2002 citado por MACHADO; PRADO, 2005, p. 38). A partir desses elementos e, conseqüentemente, da constituição da identidade coletiva, faz-se possível ao movimento social delimitar seus aliados e seus adversários da luta política.

Ao analisar grupos do movimento LGBT, Machado e Prado (2005) compreendem que há uma diversidade nos modos de fazer política, não sendo possível reduzir o político a nenhum princípio totalizador. Deste modo, os autores concebem que ainda que os grupos busquem compor, mesmo que temporariamente, certa unidade necessária para a constituição

de uma identidade coletiva, “é importante destacar o movimento processual de negociação constante que esse conjunto de práticas sociais, discursos e articulações visa na constituição de um sujeito coletivo” (MACHADO; PRADO, 2005, p. 56).

A contribuição do conceito de identidade coletiva para a análise da dinâmica dos movimentos sociais está exatamente na construção de análises que permitam compreender o aspecto microsocietal das ações coletivas, e, assim, as disputas e pluralidades de posições internas ao próprio movimento pesquisado. Esta perspectiva teórica permite questionar a dicotomia entre indivíduo e sociedade na medida em que há uma centralidade na compreensão das relações sociais constitutivas do movimento social.

No que se refere à limitação dessa concepção para a análise da dinâmica dos movimentos sociais, as identidades coletivas são constituídas a partir do compartilhamento de valores, crenças e interesses entre os indivíduos que antecede o conflito entre “nós” e “eles”, sendo definidas características próprias aos agentes sociais que implicam diferenciações entre eles, mas não necessariamente a politização das relações de dominação nas quais se encontram. Deste modo, esta perspectiva teórica se afasta de uma concepção de sujeito unitário e homogêneo e ressalta aspectos simbólicos na construção da luta política, por outro lado, permite conceber os sujeitos como positivamente (diferenças delimitadas anteriormente ao conflito), tratando-se a luta política de uma oposição entre sujeitos que exige a mediação da racionalidade (constituição/desenvolvimento da consciência política). Mantêm-se, assim, uma característica tradicional à compreensão do sujeito político: a ideia de um sujeito racional (COSTA, 2014).

c. Identidade política

Segundo Costa (2012), a identidade política, como concebida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe, é compreendida a partir da noção de exterior constitutivo, ou seja, de que o “nós” se constitui na negação de um “eles”, sendo este ao mesmo tempo a possibilidade e a impossibilidade de existência do “nós”. Isso não significa simplesmente ser “A” diferente de “B” e sim que “A” é dependente da existência daquilo que nega sua própria existência (“B”), sendo ambos sujeitos precários. Deste modo, não se trata de compreender a luta política como oposição entre identidades plenamente constituídas anteriormente ao conflito, mediada pela racionalidade. O sujeito político se constitui no momento do conflito, através da identificação com um horizonte de sociedade que subverte o caráter meramente diferencial entre posições sociais ao desconstruir o discurso que legitima a relação de dominação (“eles”), ou seja, ao revelar que este discurso “universal” que mantém aquelas posições nada mais é que um modo particular de concepção da realidade que se hegemoneizou.

Esta perspectiva teórica, assim como as anteriores, localiza-se na crítica a abordagens estruturais de análise das ações coletivas. Enfatiza, a partir de uma posição pós-estruturalista, a crítica a um sujeito unitário e homogêneo e à determinação *a priori* da centralidade da esfera econômica ou de qualquer outra esfera na compreensão da luta política (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Salvaro, Lago e Wolf (2013) analisam, a partir de Chantal Mouffe, a construção das identidades políticas “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”. As autoras compreendem a identidade política como condição para ação política, sendo constituída no processo de negociação, disputas e lutas pela igualdade, articulando distintas posições de sujeito a partir da diferenciação em relação a um exterior constitutivo. O elemento de sustentação das identidades políticas é, justamente, a busca pela igualdade a partir da afirmação da diferença.

Prado (2005) realiza uma análise sobre as ações coletivas na sociedade contemporânea interpelando a tradicional distinção neste campo de debate entre movimentos de massa e movimento sociais a partir de dois conceitos centrais: “o político”, compreendido a partir de Chantal Mouffe, e “identidade coletiva”, concebida a partir de Alberto Melucci. O primeiro refere-se ao reconhecimento do espaço do político como o espaço do antagonismo, o qual não se reduz à esfera institucional, isto é, à dimensão da política. O segundo diz respeito à emergência de atores coletivos no espaço público.

A noção de identidade coletiva politizada é fundamental à análise de Prado (2005) sobre as ações coletivas. Para o autor, a noção de identidade coletiva politizada permite entender a formação da identidade coletiva, o “nós”, na sua relação com o exterior constitutivo, “eles”, que impede a plenitude do “nós”.

De acordo com Prado (2005), a constituição de uma identidade coletiva politizada ocorre a partir de três elementos: 1) formação de uma identidade coletiva grupal, marcada pela criação de um sentimento de pertença grupal; 2) a subversão das relações de subordinação em relação de opressão, que implica a conscientização do caráter político da posição diferencial dos agentes; 3) a delimitação de fronteiras políticas nas relações intergrupais.

Prado (2005) afirma que o sentimento de pertença é fundamental para a mobilização, ele implica a definição de estratégias para mobilizar os recursos materiais e simbólicos. A identidade coletiva é o que garante a experiência do “nós”, o compartilhamento de valores e crenças que definem a própria cultura do grupo e revela a pertença a ele. Além desse sentimento de pertença, o reconhecimento do caráter opressivo das relações sociais é

necessário para a constituição da identidade coletiva que considera o caráter do político, do antagonismo, ou seja, a identidade coletiva politizada. Esse reconhecimento ocorre pela passagem de relações de subordinação - baseadas na compreensão da diferenciação hierárquica entre os indivíduos como funcionais e naturais - para relações de opressão, construídas a partir da comparação com um discurso exterior que permita reconhecer as diferenças como antagonismo, estabelecendo uma fronteira política entre “nós” e “eles”.

A noção de identidade coletiva politizada, proposta por Prado (2005) a partir da consideração do antagonismo na compreensão da identidade coletiva, é coerente com a proposta de Laclau e Mouffe. O autor distingue, inclusive, as noções de identidade coletiva politizada e política de identidade. Esta última compreendida como caracterizada pelo apelo à diferenciação identitária (positividades) sem a construção de antagonismos políticos. O que se coaduna com o que apontamos acima como limitação da noção de identidade coletiva, na medida em que nesta perspectiva a constituição do sujeito coletivo não necessariamente implica politização das relações de dominação.

Cabe-nos, entretanto, ressaltar que, ainda que se observe em Prado (2005) a articulação entre identidade coletiva e antagonismo, consideramos que é em razão de recorrer à primeira noção que o autor depende do conceito de consciência para analisar a politização das relações de subordinação. Como aponta Costa (2014), a transformação das relações de subordinação em relações de dominação pressupõe a concepção de um exterior constitutivo e a compreensão da politização em termos de identificação discursiva, distintamente do que se verifica na teoria de identidade coletiva.

Quanto às contribuições da perspectiva de identidade política para a análise da dinâmica dos movimentos sociais, ela possibilita compreender o sujeito político através da identificação com discursos que circunscrevem as práticas de uma comunidade e não através de uma determinação estrutural destes sujeitos e da mediação da racionalidade. Além disso, ao compreender que o “nós” e o “eles” são condições de possibilidade um do outro e, portanto, de impossibilidade da plenitude de ambos, o conceito de identidade política permite conceber a luta política em termos da articulação de demandas de diferentes sujeitos políticos em torno de um imaginário social antagônico a um “eles”. Articulação possível devido as identidades políticas não serem concebidas a partir de positividades (aspectos que definem o sujeito político anteriormente ao conflito) e sim entendidas como negatividades (emergem no próprio momento do conflito, a partir do antagonismo em relação ao “eles”).

Quanto às limitações para a análise da dinâmica dos movimentos sociais, apontamos não necessariamente uma limitação e sim uma delimitação na teoria democrática. A

concepção de identidade política proposta por Laclau e Mouffe não permite conceber a construção de um consenso sem exclusão, objetivo de abordagens democráticas propostas por autores como Jürgen Habermas. De acordo com Laclau e Mouffe (1985), como “nós” e “eles” se constituem a partir de uma relação antagônica, são irreconciliáveis, assim, todo consenso significa a hegemonização de um determinado imaginário social em detrimento de outras possibilidades possíveis. A manutenção da hegemonia depende da construção de modos de legitimação que visem invisibilizar a exclusão fundante de toda objetividade social. O antagonismo é, nesta perspectiva, a tensão necessária à democracia, pois é o que impede a constituição plena dos sujeitos políticos e da objetividade social, mantendo viva a disputa pela significação da realidade.

d. Subjetividade

O conceito de subjetividade, baseado em Félix Guattari, distancia-se das noções clássicas cartesianas de sujeito e subjetividade. Para Gohn (1997), teóricos como Félix Guattari, Gilles Deleuze e Michel Foucault foram importantes para os estudos sobre novos movimentos sociais. Segundo a autora, Guattari propõe um deslocamento da análise para as esferas micro da vida social, trazendo para o centro a prática cotidiana. Seus eixos básicos de análise são a cultura e os processos de singularização dos sujeitos, de produção de subjetividades.

Segundo Soares e Miranda (2009), Guattari se opõe à compreensão da subjetividade como substância, sede da intencionalidade e da razão. Nessa perspectiva, não é possível falar de sujeitos universais e o cotidiano apresenta-se como fundamental ao processo de produção de subjetividades, tendo em vista que estas são produzidas por agenciamentos, que podem ser judiciais, familiares, escolares, midiáticos, entre outros. Estes agenciamentos conferem ao indivíduo não “a identidade”, mas ‘uma identidade’, por definição provisória, que será passível de mudança tão logo mudem as experiências que conformam seus hábitos”. (SOARES; MIRANDA, 2009, p. 413).

Leite e Dimenstein (2011; 2012) discutem o processo de subjetivação política de militantes do MST tomando como base uma perspectiva que concebe a subjetividade pela via de sua produção. Em ambos artigos, a subjetividade é compreendida pelo caráter polifônico, processual e maquínico, a partir do campo da micropolítica, em oposição a visões deterministas e essencialistas da experiência subjetiva.

A partir desta perspectiva, Leite e Dimenstein (2011; 2012) enfatizam a ruptura com a dicotomia interioridade-exterioridade na compreensão da relação entre indivíduo e sociedade,

na medida em que a subjetividade não está dentro do indivíduo, e sim é constituída na relação entre as pessoas e com os aparelhos de poder.

Na análise da dinâmica interna do MST, o autor e a autora consideram que o processo de formação política no MST acarreta na produção de subjetividades a partir de dois movimentos: por um lado, a produção de uma identidade sem-terra, por outro, um movimento diverso de acontecimentos que reconstroem essa identidade. A abertura de um território de exercício político no MST possibilita o ensaio de outros modos de vida no interior do próprio movimento.

Em Leite e Dimenstein (2012) tal processo evidencia-se na medida em que, ao experienciar o processo de formação política do MST, atores sociais – neste artigo, mulheres e gays –, por um lado, criam uma identidade sem-terra, por outro lado, produzem fissuras num modo hegemônico de se considerar as relações de gênero no MST, gerando efeitos políticos no movimento.

Uma contribuição que podemos apontar quanto ao uso da noção de subjetividade proposta para a análise da dinâmica dos movimentos sociais é o afastamento da noção dos sujeitos como determinados *a priori* e, portanto, da subjetividade como um dado. Esta é entendida como um processo contingente e histórico, que ao ser relacional, permite ressignificar fixações hegemônicas sobre a realidade.

É importante ressaltar que para Leite e Dimenstein (2011) a emergência dos novos movimentos sociais proporcionou a ênfase em elementos culturais na construção das identidades, permitindo afirmar identidades culturais como fatores de mobilização de grupos marginalizados. No entanto, advertem que esta política identitária pode acarretar em análises essencialistas e gerar o apagamento da dimensão histórica das identidades.

Esta crítica é localizada na distinção realizada pelos autores entre os conceitos de identidade e de subjetividade. Compreendem a identidade “como um conceito referencial, que circunscreve modos de ser, sentir e agir a um quadro de referência identificável, como que congelando esses modos, colando o indivíduo a uma etiqueta” (LEITE; DIMENSTEIN, 2011, p. 17). Diferentemente, a subjetividade, a partir da perspectiva de Guattari, é entendida como um conceito existencial que se refere à maneira ímpar que nos relacionamos com os acontecimentos. Sob esta perspectiva, Guattari “opõe aos traços identitários reivindicados por muitos movimentos sociais os processos transversais, que assinalam as reivindicações desses grupos para além de suas demandas setoriais [...] possibilitando processos de singularização” (LEITE; DIMENSTEIN, 2011, p. 18).

No que se refere a limitações para a análise da dinâmica dos movimentos sociais, a partir de perspectivas teóricas que focalizam a produção de singularidades como as propostas por Guatarri, Deleuze e Foucault, é importante apontar que se este foco explicita a contingencialidade dos sujeitos e das formações sociais, traz o risco da ênfase na multiplicidade de diferenças em detrimento da constituição da unidade social, mesmo entendida como precária. O que acarretaria em dificuldades de se compreender a articulação entre lutas democráticas e, assim, a construção de uma contra-hegemonia (MOUFFE, 2015).

e. Luta por reconhecimento

Axel Honneth elabora sua noção de reconhecimento tendo como referencial a concepção de Hegel de que a esfera social proporciona aos sujeitos o autoreconhecimento, em suas singularidades e originalidades. Processo que estimula novas lutas por reconhecimento social na dinamicidade entre conflito e reconhecimento (RAVAGNANI, 2009).

Fuhrmann (2013) aponta que Honneth compreende a constituição identitária a partir do processo intersubjetivo de busca por reconhecimento. Esta busca se dá através das dimensões do amor, vinculada à aceitação na relação com o outro; da solidariedade, na convivência com a comunidade; do direito, na prática institucional (FUHRMANN, 2013). Assim, Honneth afasta-se de noções que compreendem o reconhecimento e, portanto, a inclusão, a partir da dimensão econômica (GARCÊZ, 2014).

Nesta perspectiva, a ausência do reconhecimento intersubjetivo e social é o mote dos conflitos sociais, e estes possuem um papel educativo na medida em que “indicam as áreas em que não há respeito ao outro, não há reconhecimento do outro como um igual, e os problemas daí decorrentes. O Reconhecimento seria uma luta por ampliação de direitos.” (GOHN, 2014, p.49).

Tendo a luta por reconhecimento como perspectiva, Domingues e Rosa (2014) discutem o modo como militantes do MST experienciam e enfrentam a violência em seu cotidiano. Realizam essa análise compreendendo a humilhação social como expressão de uma forma de violência que reduz o sujeito à condição de coisa, estando imbricada à desigualdade social.

De acordo com as autoras, esse processo de humilhação social pode ser rompido através de sua recusa, possibilitada pela luta por reconhecimento: “ao rejeitar a humilhação, ao revoltar-se contra uma ordem intolerável, o sujeito impõe um limite a uma ordem opressiva e se impõe como um sujeito de direitos.” (DOMINGUES; ROSA, 2014, p.124). Assim, esta recusa permite a transformação do sofrimento em revolta, em luta.

A luta por reconhecimento como chave de análise da dinâmica dos movimentos sociais contribui para a articulação entre a condição de sujeito produzida pela humilhação e a construção coletiva como condição de enfrentamento a esta relação de dominação. Além disso, esta perspectiva afasta-se de uma noção de inclusão e justiça social determinada somente pela dimensão econômica.

Assim como todas as outras perspectivas teóricas consideradas na categoria analítica teoria dos novos movimentos sociais, a noção de reconhecimento é construída na articulação entre a estrutura social e ação dos sujeitos, afastando-se da dicotomia indivíduo-sociedade.

Quanto à limitação desta perspectiva teórica para a análise da dinâmica dos movimentos sociais, é possível considerar, a partir de Fraser (2006), o risco de se cair na dicotomia entre luta por reconhecimento ou por redistribuição, distinguindo analiticamente injustiça econômica e injustiça cultural sem considerar que algumas demandas não podem ser respondidas apenas por uma delas. O que não ocorre em Domingues e Rosa (2014), visto que as autoras consideram que a luta por reconhecimento dos sujeitos analisados perpassa também a dimensão da redistribuição econômica.

Conclusões

Nosso objetivo foi refletir sobre as perspectivas teóricas utilizadas nas produções sobre ações coletivas mapeadas em nossa pesquisa. Interessante observar que nesta pluralidade de perspectivas dois pontos em comum podem ser ressaltados: o reconhecimento do político como não reduzido a esferas institucionais e a não-fixação das identidades em termos de uma determinação estrutural, de modo a se afastarem do hiato entre indivíduo-sociedade/ agente-estrutura. Este último aspecto chama-nos a atenção, sobretudo, em razão da influência marxista na emergência da psicologia social crítica brasileira nos anos 1970 e 1980 (LANE; CODO, 1987). Influência que não se caracterizou por uma simples repetição de um determinismo economicista presente em correntes do marxismo (LANE; SAWAIA, 1991), mas que preservou este aspecto em sua construção analítica (COSTA, 2014; COSTA; PRADO, 2016).

Buscamos contribuir para uma reflexão crítica sobre as perspectivas teóricas discutidas, não no intuito de refutá-las, mas de apresentar, ainda que brevemente, contribuições e limitações de cada uma delas no que tange à compreensão de processos de democratização. Não partimos de uma compreensão linear da história da ciência, rumo ao encontro com o conhecimento verdadeiro, pois entendemos que a realidade é mediada discursivamente, de modo que o conhecimento científico se constrói na disputa entre

perspectivas teóricas, as quais nos possibilitam lentes, por vezes antagônicas quanto aos pressupostos que as constitui, para a compreensão da realidade.

Neste debate é importante explicitar que nosso olhar para as diferentes perspectivas não é neutro. Ainda que neste artigo não tivemos como objetivo confrontar as teorias discutidas, temos adotado em nossos trabalhos a proposta de democracia radical e plural construída por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O que não significa nos afastarmos da problematização de críticas a esta perspectiva (COSTA, 2012) e nem de reconhecermos claramente os pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos, éticos e políticos que a estrutura (COSTA, 2014).

Diante da explicitação das perspectivas teóricas utilizadas nos artigos analisados e de contribuições e limitações de cada uma para a compreensão de processos de democratização, este artigo apresenta-se como uma “porta de entrada” para a reflexão de estudantes e pesquisadoras/es sobre modos de análise das ações coletivas na psicologia social brasileira.

ANALYSIS ABOUT COLLECTIVE ACTIONS: THEORETICAL CONTRIBUTIONS AND LIMITS IN SCIENTIFIC PRODUCTION OF BRAZILIAN SOCIAL PSYCHOLOGY

Abstract

The aim of this article is to discuss the way that researchers from the social psychology field and/or political psychology have analysis the subject of collective action from the theoretical perspective that they use. This discuss able us to localize the theories that are grounding contemporary investigations about social movements in Brazilian context and to reflect about their limits and contributions to society democratization. This work result of a broader research, in which we constructed a mapping of Brazilian researchers who identify with social psychology, and we characterized articles about political themes published by them. We discuss thirteen articles that we categorize in the category *collective action*, that were publish from 2003, were write in Portuguese, made by eight researchers presents in the mapping. These articles treat about obstacles, possibilities and repercussions of participation in different social movements, using distinct theories. From reading the articles, we constructed two analytical categories that are refer to main concepts used in analyses – gender and identity –, which guide the discussion about contributions and limitations of theoretical perspectives for the understanding of process of social democratization. All articles share the critique of the dichotomy between individual and society, the conception of politics as not reduced to the institutional sphere and the articulation between the production of knowledge and the confrontation of relations of domination. It is expect that this article contribute to the reflexion of students and researchers about the analysis modes of the collective actions in Brazilian social psychology.

Key words: collective actions; scientific production; Brazilian social psychology.

ANÁLISIS SOBRE ACCIONES COLECTIVAS: APORTACIONES Y LIMITACIONES DE LAS TEORÍAS NA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN PSICOLOGÍA SOCIAL BRASILEÑA

Resumen

Este artículo objetiva discutir el modo como los investigadores del campo de la psicología social analizan el tema de la acción colectiva a partir de las teorías utilizadas. Esta discusión permite ubicar las teorías utilizadas en el contexto brasileño en las investigaciones sobre movimientos sociales, además de permitir la reflexión sobre sus limitaciones y las contribuciones para el proceso de construcción democrática de la sociedad. Este trabajo es un recorte de una investigación mayor en la cual mapeamos investigadores brasileños que se identifican con la psicología social y caracterizamos los artículos publicados por ellos sobre temas políticos. Analizamos los artículos de la categoría *acción colectiva* publicados desde 2003 en la lengua portuguesa. Fueran analizados trece artículos producidos por ocho investigadores elegidos en la investigación mayor. Los trabajos tienen como tema los obstáculos, posibilidades y repercusiones de la participación en movimientos sociales, analizados utilizando teorías distintas. Construimos dos categorías de análisis referentes a los conceptos utilizados, son ellas: género e identidad. A partir de ellas debatimos las contribuciones y limitaciones de las teorías para el proceso de construcción democrática de la sociedad. Todos los artículos critican la dicotomía entre individuo y sociedad, la concepción de político además del ámbito institucional y la articulación entre producción de conocimiento y enfrentamiento de relaciones de dominación. Creemos que este artículo contribuye para la reflexión de estudiantes e investigadores sobre los modos de análisis del tema de la acción colectiva en la psicología social brasileña.

Palabras clave: acción colectiva; producción científica; psicología social brasileña.

Referências

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

COSTA, F. A. A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a Psicologia Política. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 571-590, dez. 2012. Acesso em 20 maio 2018.

COSTA, F. A. A dimensão do político na psicologia social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural. Tese de doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

COSTA, F. A.; PRADO, M. A. M.. Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 21, n. 2, p. 216-227, jun. 2016. Acesso em 20 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20160021>.

DOMINGUES, E; ROSA, M. D. Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento: a experiência do MST. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 1, n. 14, p. 117-127, 2014.

Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2359-07692014000100011>. Acesso em: 26 de jun. 2017.

DOMINGUES, J. M. Sistemas sociais e subjetividades coletivas. In: _____. *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 12-38.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

FUHRMANN, N. Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, p. 79-96, 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2586/2735>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

GADEA, C. A.; SCHERER-WARREN, I. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 39-45, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2017.

GALINKIN, A. L.; BERTONI, L. M. Gênero e educação: um caminho para a igualdade. *Em Aberto*, Brasília, v. 27, n. 92, p. 21-42, 2014. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2439/2396>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

GALVÃO, A. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. *Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2008. p. 1-28. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt24-15/2522-andreialgalvao-o-marxismo/file>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

GARCÊZ, R. L. O. Teoria do reconhecimento: uma teoria dos movimentos sociais?. In: 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014, Brasília. *Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades*, Brasília, 2014. p. 1-21.

GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. Psicologia: ciência ou política? In: MONTERO, M. (Org.). *Acción y discurso*. Venezuela: Eduven, 1991. p. 05-69.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Processos de subjetivação da militância política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 12-31, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/19174/25914>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. *Bagoas*, Natal, n. 8, p. 187-203, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3372/2722>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MACHADO, F. V. *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese de doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. M. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 35-62, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000100003>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 107-125, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MATIAS-RODRIGUES, M. N.; ARAÚJO-MENEZES, J. Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud*, Manizales, v. 12, n. 2, p. 703-715, 2014. Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/1368/518>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, n. 22, p. 219-231, 1986. Disponível em: <http://23118.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/informacion_adicional/obligatorias/036_psicologia_social2/baro.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MAYORGA, C. et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 463-484, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200003>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MESQUITA, M. R. Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 89-120, 2003a.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 66, p. 117-149, 2003b. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1151>> Acesso em: 26 jun. 2017.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 81, p. 179-207, 2008.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política*. São Paulo: Bomtempo, 2014.

MOSCOVICI, S. Sociedade e teoria em psicologia social. In: _____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 111-166.

MOUFFE, C. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 137-153, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PRADO, M. A. M. Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 37, p. 47-65, abril de 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25438>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PRADO, M. A. M. A dissipação da política no campo de estudos dos movimentos sociais. In: HUR, D.; LACERDA JR, F. (Orgs.). *Psicologia, política e movimentos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 58-74.

RAVAGNANI, H. B. Luta por reconhecimento: a filosofia social do jovem Hegel segundo Honneth. *Kínesis*, Marília, v. 1, n. 1, p. 39-57, 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/kinesis/article/view/4291/3116>. Acesso em: 26 jun. 2017.

RIBEIRO, M. A. História do movimento estudantil na psicologia: leituras e reflexões acerca do ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia). *Memorandum*, Belo Horizonte e Ribeirão Preto, v. 13, p. 100-119, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a13/08Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SANDOVAL, S. A. M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 34, 122-130, 1989.

SANDOVAL, S. A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: CAMINO, L.; LHULLER, L.; SANDOVAL, S. (Ed.). *Estudos sobre comportamento político*. Teoria e pesquisa. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda, 1997. p. 13-23.

SANDOVAL, S. A. M. O que há de novo na psicologia social latino-americana. In: CAMPOS, R. H.; GUARESCHI, P. (Orgs.) *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 101-109.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*,

Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/10.pdf> . Acessos em: 26 jun. 2017.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 51-70, 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100004>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SASS, O. Notas sobre psicologia social e política no Brasil. In: MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. (Orgs.). *Psicologia social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 19-36.

SOARES, L. B.; MIRANDA, L. L. Produzir subjetividades: o que significa? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 408-424, 2009. Disponível em:
<<http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a10.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

Data de recebimento: 04/08/2017

Data de aceite: 22/12/2017

Sobre os autores:

Livia Barbosa Lima possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área da Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: juventudes, movimentos sociais, gênero e feminismo. Endereço Eletrônico: liviaabarbosa@gmail.com

Amanda Layse Oliveira Feitosa é graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, é integrante do grupo de pesquisa Estudos em Diversidades e Política. Foi bolsista em projeto de extensão do programa PIBIP-Ação no período 2014-2015. Atualmente é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL) e colaboradora do PET-Saúde/GraduaSUS. Endereço Eletrônico: feitosa.lamanda@gmail.com

Frederico Alves Costa é Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Bolsista CAPES). Doutorado-Sanduiche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (CAPES/PDSE). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Bolsista CAPES). Graduado em Psicologia (bacharel e psicólogo) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou Estágio Pós-Doutoral (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do GT da ANPEPP intitulado História Social da Psicologia. Atualmente é Professor Adjunto no Instituto de Psicologia da UFAL e Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: história da psicologia social, teoria democrática, movimentos sociais, subjetivação política, participação política, estratégia política. Endereço Eletrônico: fredericoalvescosta@gmail.com